

Data: Abril de 2012

Página: 29

Periodicidade: Mensal

Reformas em análise

Direito a Falar

As diversas alterações legislativas, consequência do Memorando de Entendimento com a *Troika*, dominaram o Direito a Falar durante o mês de março

Falta de estabilidade

Este é o principal problema apontado pelos especialistas em Fiscalidade convidados a participar no Direito a Falar sobre o tema - M. Fernandes Ferreira (PLMJ), Tiago Caiado Guerreiro (Caiado Guerreiro & Associados) e João Espanha (Espanha & Associados).

O grande problema do atual sistema fiscal nacional é a falta de estabilidade, o que, na opinião destes especialistas, se traduz numa desvantagem competitiva de Portugal, em comparação com a maioria dos países, na captação de investimento externo. O sócio da PLMJ Rogério Fernandes Ferreira chega inclusive a referir que a grande maioria dos governos não resiste a fazer, todos os anos, uma “verdadeira revolução fiscal” na altura da apresentação da proposta de Orçamento de Estado. Os convidados apontaram ainda como entrave ao investimento estrangeiro em Portugal a elevada carga fiscal, que temem que resulte no ressurgimento de uma economia paralela.



Enfoque na recuperação

O Governo propôs no início do ano a alteração do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), com vista a uma maior incidência sobre a recuperação. Em simultâneo, esta reforma pretende agilizar os processos, aumentar a responsabilidade dos administradores das sociedades insolventes e melhorar a articulação entre a ação executiva e a insolvência. Objetivos que os convidados do Direito a Falar sobre Insolvências enaltecem. O programa contou com o contributo de Alexandre Mota Pinto (Uria Menéndez-Proença de Carvalho), João Santos (Miranda Correia Amendoeira & Associados) e Frederico Gonçalves Pereira (Vieira de Almeida & Associados). Como principal ponto deste novo código destacam a possibilidade de o devedor dar início ao processo de proteção, além de considerarem a proposta de novos prazos também como uma medida a destacar.



Concorrência: falta de equidade

A nova lei da Concorrência, que irá revogar na totalidade a que se encontra em vigor, esteve em debate na emissão do Direito a Falar que juntou em estúdio Gonçalo Anastácio (SRS), Ricardo Oliveira (PLMJ) e Carlos Botelho Moniz (Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados).

Os advogados concordaram que o legislador conseguiu cumprir com os objetivos propostos, exceto no caso da equidade entre Autoridade da Concorrência e a defesa das empresas. Apesar das críticas, os especialistas em concorrência destacaram de forma positiva o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Autoridade da Concorrência.



As reformas do Código do Trabalho

Os advogados especialistas em Direito do Trabalho António Garcia Pereira (Garcia Pereira & Associados), Inês Pinheiro (Serra Lopes, Cortes Martins & Associados) e Anabela Salvado (Pedro Raposo & Associados) foram os convidados do Direito a Falar que se propôs analisar as grandes alterações ao Código do Trabalho.

Uma reforma que resulta essencialmente do Memorando de Entendimento com a *Troika* e, posteriormente, do Acordo de Concertação Social, e cujo objetivo é a criação de emprego e o aumento da competitividade entre as empresas.

Anabela Salvado realçou a importância da flexibilidade nesta reforma, nomeadamente na relação entre o empregador e o funcionário. Por seu lado, Garcia Pereira mostrou-se crítico a estas alterações, afirmando que servem para agravar a situação de precariedade dos trabalhadores.

